

ALTERAÇÃO Nº 1
DO AVISO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

PRIORIDADE DE INVESTIMENTO: 10.5

**INVESTIMENTO NO ENSINO, NA FORMAÇÃO, NA FORMAÇÃO
PROFISSIONAL E NAS COMPETÊNCIAS E NA APRENDIZAGEM AO
LONGO DA VIDA ATRAVÉS DO DESENVOLVIMENTO DAS
INFRAESTRUTURAS DE FORMAÇÃO E ENSINO**

**DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS DE FORMAÇÃO E
ENSINO - INFRAESTRUTURAS EDUCATIVAS PARA O ENSINO
ESCOLAR (ENSINO PRÉ-ESCOLAR, BÁSICO E SECUNDÁRIO)**

AVISO N.º CENTRO-73-2021-21

DOMÍNIO DO CAPITAL HUMANO

Alteração do Aviso de Concurso CENTRO-73-2021-21 “Infraestruturas Educativas para o Ensino Escolar (Ensino Pré-Escolar, Básico e Secundário)”

1. A Autoridade de Gestão decidiu proceder à alteração ao Aviso CENTRO-73-2021-21 “Infraestruturas Educativas para o Ensino Escolar (Ensino Básico e Secundário)” no seguinte ponto:

“14. Dotação indicativa do fundo a conceder”

Foi eliminada a distribuição da dotação refletida por CIM.

2. Nestes termos, o Aviso foi alterado conforme republicação seguinte.

Coimbra, em 29 de abril de 2021

A Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Centro

Isabel Damasceno

Plano de Dinamização

**Investiment
de Proximidade**



AVISO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

PRIORIDADE DE INVESTIMENTO: 10.5

INVESTIMENTO NO ENSINO, NA FORMAÇÃO, NA FORMAÇÃO
PROFISSIONAL E NAS COMPETÊNCIAS E NA APRENDIZAGEM AO LONGO
DA VIDA ATRAVÉS DO DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS DE
FORMAÇÃO E ENSINO

**DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS DE FORMAÇÃO E
ENSINO - INFRAESTRUTURAS EDUCATIVAS PARA O ENSINO
ESCOLAR (ENSINO PRÉ-ESCOLAR, BÁSICO E SECUNDÁRIO)**

AVISO N.º CENTRO-73-2021-21

DOMÍNIO DO CAPITAL HUMANO

Índice

Preâmbulo	5
1. Objetivos e prioridades de investimento visadas	6
2. Tipologia das operações	6
3. Entidades beneficiárias	7
4. Área geográfica de aplicação	7
5. Condições específicas de acesso deste Aviso	7
6. Regras e limites à elegibilidade de despesas	8
7. Metodologia e Critérios de seleção das candidaturas	9
8. Limite ao número de candidaturas	10
9. Taxas de financiamento das despesas elegíveis	10
10. Forma e limites dos apoios	10
11. Modalidades, procedimentos e prazo para apresentação das candidaturas	11
12. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas	11
13. Aceitação da decisão	12
14. Dotação indicativa do fundo a conceder	12
15. Identificação dos indicadores de resultado a alcançar	12
16. Programas Operacionais Financiadores	13
17. Organismos Intermédios responsáveis pela análise	13
18. Divulgação de resultados e pontos de contacto	13
Anexo A - Custos Padrão para o apuramento do investimento elegível a cofinanciamento das Candidaturas na área da Educação	15
Anexo B - Metodologia e critérios de seleção das candidaturas	18
Anexo C - Documentação Obrigatória na Instrução de Candidaturas	21
Anexo D - Diagrama dos procedimentos de análise e decisão das candidaturas	25

Preâmbulo

Tendo em vista as metas assumidas por Portugal ao nível europeu, em matéria de educação, para o período 2014-2020 (nomeadamente passar de uma taxa de abandono escolar precoce de 19,2% (2013) para menos de 10%), bem como o posicionamento da Região Centro em termos dos níveis de educação e qualificação das populações (cuja posição face ao indicador atrás avaliado era de 14,7%, para 2013), é pretensão do Programa CENTRO 2020 manter o desempenho no que respeita aos resultados até aqui alcançados.

Por outro lado, considerando o facto dos apoios a equipamentos escolares ou de formação estarem condicionados à análise fundamentada das necessidades e respetivo mapeamento (sujeito a aprovação pela Comissão Europeia), em coerência com o investimento já realizado em anteriores ciclos de programação, foi realizado um exercício de diagnóstico, caracterização e avaliação da oferta existente, em articulação com as entidades do setor, do qual resultaram constatações de ordem genérica que traduziram fundamentos essenciais para a mobilização do Objetivo Temático 10 *“Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida”* no período 2014-2020, com atuação a quatro níveis de investimento:

- Melhorar as instalações escolares do pré-escolar e ensino básico (alargamento da rede do pré-escolar; conclusão da modernização dos estabelecimentos de 1.º ciclo; e intervenção priorizada nas escolas dos 2.º e 3.º ciclos, atendendo ao respetivo estado de degradação e conservação);
- Melhorar as infraestruturas do ensino secundário;
- Melhorar as infraestruturas de formação; e,
- Dotar o ensino superior de equipamentos necessários.

Adicionalmente, na sequência do reforço financeiro da dotação da Prioridade de Investimento 10.5, no âmbito da reprogramação do CENTRO2020, considerando a relevância do investimento realizado em infraestruturas educativas, bem como o facto de não ter ainda sido submetida a totalidade das candidaturas inscritas nos PDCT, foi determinada a abertura de um novo Concurso para a apresentação das operações previstas nos quadros de compromissos aprovados.

O planeamento e execução das intervenções em termos de acessibilidades requer a integração de requisitos que salvaguardem as necessidades específicas de pessoas com mobilidade condicionada. Neste sentido, deverá ser assegurado, o total cumprimento dos requisitos de acessibilidades nos seus diferentes domínios, (físico, sensorial, cognitivo e de comunicação), respeitando todos os diplomas, normas que regulamentam estas matérias e conhecimento técnico existente, devendo também incentivar à introdução de soluções que, embora não estando definidas no enquadramento jurídico obrigatório atualmente em vigor, configurem melhorias significativas em termos de acessibilidades físicas, comunicacionais e de

informação. Este princípio deve ser aplicado em todas as componentes das operações financiadas, designadamente intervenções físicas, equipamentos adquiridos ou requalificados, meios digitais, meios multimédia, materiais e conteúdos, entre outros.

Assim, nos termos do artigo 16.º do Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), doravante designado por RG, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual, que estipula que as candidaturas são apresentadas no âmbito de um procedimento concursal, cujos Avisos de Concurso são divulgados através do Portal Portugal 2020 (www.portugal2020.pt), foi elaborado o presente Aviso de Concurso para apresentação de candidaturas, com enquadramento no Regulamento Específico do Domínio do Capital Humano, doravante designado por RECH, publicado através da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, na sua redação atual, e que estipula o seguinte:

1. Objetivos e prioridades de investimento visadas

O objetivo específico deste concurso, nos termos do artigo 36.º do RECH, consiste em conceder apoios financeiros a operações que contribuam para a qualificação e modernização do parque escolar da Região Centro, designadamente ao nível do investimento na rede do ensino para crianças em idade pré-escolar e escolar, através de intervenções em infraestruturas e equipamentos (Prioridade de Investimento (PI) 10.5/10a).

Pretende-se reforçar e melhorar a capacidade da oferta, ainda deficitária, em termos de instalações e equipamentos no ensino pré-escolar, bem como dar continuidade às ações de modernização da oferta em termos de instalações e equipamentos no ensino básico e secundário, garantindo condições para o processo de ensino/aprendizagem, em complemento das ações de melhoria da qualidade do sistema.

2. Tipologia das operações

São suscetíveis de apoio no âmbito do presente Aviso de Concurso, desde que enquadradas no exercício de planeamento de infraestruturas de educação denominado de “mapeamento”, fixado segundo os procedimentos estabelecidos mediante deliberação da CIC Portugal 2020, as operações com enquadramento nas tipologias previstas no artigo 38.º do RECH, designadamente:

a) Intervenções na rede da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, em equipamentos que promovam a racionalização da rede escolar;

- b) Intervenções na rede do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e/ou ensino secundário no âmbito de programas específicos de intervenção em infraestruturas escolares;
- c) Aquisição e instalação de equipamentos que substituam outros, degradados ou sem as necessárias condições, em todos os casos devidamente justificados tendo em conta as cartas educativas municipais e as prioridades intermunicipais, considerando a procura efetiva atual e o impacto da entrada em rede dos equipamentos novos ou renovados.

3. Entidades beneficiárias

Tendo em consideração o previsto no artigo 39.º do RECH, os beneficiários dos apoios previstos no presente Aviso de Concurso são:

- a) A administração local para intervenções nas escolas no ensino pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico;
- b) A administração local para intervenções nas escolas do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário mediante protocolo a celebrar com o Ministério da Educação;
- c) Outras entidades promotoras de projetos identificados no Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial, desde que previstas no artigo 39.º do RECH.

4. Área geográfica de aplicação

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 4.º e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 15.º do RG, e do artigo 37º do RECH, o presente Aviso de Concurso tem aplicação na NUTS II da Região Centro de Portugal, definida de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 244/2002, de 5 de novembro.

5. Condições específicas de acesso deste Aviso

1. Para além dos requisitos gerais e específicos aplicáveis aos beneficiário e aos projetos, previstos na regulamentação comunitária, nos artigos 10.º, 13.º, 14.º e 24.º do RG, é condição de acesso ao presente Aviso, no caso das infraestruturas, tratar-se de intervenções que apresentem, simultaneamente, enquadramento no exercício de planeamento da educação (mapeamento), enviado e aprovado pela Comissão Europeia sob a referência n.º REGIO/DGA2.G.3/AMC/ga, e estejam inscritos nos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, respeitando os respetivos limites de cofinanciamento.

2. As candidaturas deverão ainda apresentar obrigatoriamente o comprovativo do parecer favorável a emitir pelo respetivo serviço que tutela a área da Educação, aprovando o programa de espaços da infraestrutura.

3. Considera-se como condição específica de acesso o grau de maturidade dos investimentos, à data de submissão da candidatura, e tendo por referência a componente principal do investimento a candidatar:

3.1. No caso de procedimentos de empreitadas de obras públicas o grau de maturidade mínimo é comprovado pela apresentação de todas as peças do procedimento devidamente aprovadas, incluindo a apresentação do projeto de execução completo (peças escritas e desenhadas de arquitetura e especialidades, Termos de Responsabilidade devidamente assinados nos termos da Portaria 701-H/2008, de 29/7, bem como Lista de Quantidades e Preços Unitários), acompanhada da respetiva deliberação de abertura do procedimento, demonstrando que estão em condições de lançar o procedimento de concurso, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP);

3.2. No caso de procedimentos de aquisição de bens e serviços, o grau de maturidade mínimo é comprovado pela apresentação de todas as peças do procedimento devidamente aprovadas, incluindo a Lista de Quantidades e Preços Unitários, acompanhada da respetiva deliberação de abertura do procedimento;

3.3. O promotor ter perfeito conhecimento (declarando) de que dispõe de 30 dias úteis (após assinatura do termo de aceitação) para publicitar o aviso de concurso da componente principal da candidatura em Diário da República (ou, nos casos aplicáveis, enviar os convites), sob pena de revogação do apoio.

6. Regras e limites à elegibilidade de despesas

1. Sem prejuízo das regras e limites à elegibilidade de despesas definidas no artigo 15.º do RG e no artigo 41.º do RECH, e tendo presente que este Aviso de Concurso se destina a apoiar infraestruturas e equipamentos do ensino pré-escolar, básico e secundário, definem-se, nos termos do n.º 11, do artigo 15.º já referido, as seguintes restrições de elegibilidade da despesa:

- i) Não serão financiadas intervenções de modernização ou reconversão de equipamentos financiados nos últimos 10 anos;
- ii) Não será elegível o financiamento da manutenção das infraestruturas;

iii) Apenas serão elegíveis as despesas de aquisição de equipamentos na área das TIC desde que estes estejam enquadrados em objetivos pedagógicos e educacionais (novos cursos e/ou novas metodologias), sendo que despesas com a sua substituição não são elegíveis;

iv) Todos os investimentos apoiados terão em conta os custos-padrão estabelecidos, em articulação com o setor (conforme **ANEXO A**), no apuramento do investimento elegível a cofinanciar.

2. No caso de projetos geradores de receita, aplica-se uma redução das despesas elegíveis nos termos do disposto no artigo 19.º do RG.

3. A data limite de conclusão das operações é de 30/06/2023.

7. Metodologia e Critérios de seleção das candidaturas

As candidaturas a fundos comunitários são avaliadas com base no seu mérito, tal como definido no artigo 17.º do RG, e no artigo 6.º do RECH, devendo traduzir o alinhamento quer com os resultados que se pretendem atingir no âmbito do objetivo específico do Programa, quer com o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, em que se insere a operação.

O indicador absoluto de Mérito do Projeto (MP) resulta da soma ponderada dos critérios de seleção (sendo o resultado arredondado a duas casas decimais), segundo uma metodologia de cálculo previamente aprovada pelo Comité de Acompanhamento do CENTRO 2020, conforme descrito no **ANEXO B**.

O indicador de MP é calculado com base na seguinte fórmula:

$$MP = 0,25*a + 0,20*b + 0,15*c + 0,20*d + 0,20*e$$

Em que:

a = Contributo do projeto para os indicadores de realização e resultado comuns e específicos do Programa

b = População estudantil servida pelo estabelecimento intervencionado

c = Demonstração da sustentabilidade de médio prazo da procura

d = Evidência da sua contribuição para a eficiência energética dos equipamentos

e = Alinhamento com os objetivos do PNR e da Estratégia EUROPA 2020

A valoração dos critérios de seleção é atribuída numa escala compreendida entre 1 a 5.

Sempre que os elementos disponibilizados pelo beneficiário não permitam classificar de forma fundamentada um determinado critério, será atribuída a pontuação de 1.

Para efeitos de seleção consideram-se elegíveis e objeto de hierarquização, ao nível de cada CIM, os projetos que obtenham uma pontuação de mérito absoluto final (MP) igual ou superior a 3, até ao limite orçamental definido no ponto 14. deste Aviso.

Em caso de necessidade de desempate entre candidaturas com a mesma pontuação, face ao limiar dotacional definido, os critérios são os previstos no n.º 3 do artigo 17.º do RG.

Tendo presente o espírito de otimização de recursos subjacente ao exercício de planeamento, foram definidas como prioridades do Programa, nesta matéria, o reforço integrado entre pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico, o reforço das infraestruturas ligadas à diversificação formativa nas escolas dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, e as intervenções em escolas dos ensinos básico e secundário que se encontrem degradadas e/ou cuja requalificação corresponda a soluções de reorganização da rede, a ter em conta na fase de avaliação de mérito das respetivas candidaturas.

Conjuntamente com o presente Aviso é disponibilizado o documento de Referencial de Análise de Mérito do Projeto.

8. Limite ao número de candidaturas

Não aplicável.

9. Taxas de financiamento das despesas elegíveis

A taxa de cofinanciamento FEDER a aplicar às operações a aprovar é a que resulta do montante de cofinanciamento previsto nos PDCT, sendo no máximo de 85% das despesas elegíveis, de acordo com o artigo 3.º do RECH.

10. Forma e limites dos apoios

Os apoios a conceder às candidaturas a aprovar no âmbito do presente Aviso assumem a forma de subvenções não reembolsáveis, nos termos do n.º 1 do artigo 40.º do RECH.

11. Modalidades, procedimentos e prazo para apresentação das candidaturas

A apresentação de candidaturas é efetuada através de formulário eletrónico no Balcão 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>), em conformidade com o exposto no artigo 11.º do RG.

Para apresentar a candidatura é indispensável que o beneficiário tenha efetuado registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada na qual o beneficiário poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto, a Região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada o beneficiário deve confirmar e completar os seus dados de caracterização de entidade que serão usados nas suas candidaturas ao Portugal 2020.

A candidatura deverá igualmente ser instruída com a documentação obrigatória constante do **ANEXO C** a este Aviso, ou, em alternativa, deverá ser indicado o respetivo link de acesso.

O prazo para apresentação de candidaturas decorre entre o dia útil seguinte à data da publicação do presente aviso e as 17:59:59 horas do dia 30/04/2021.

O prazo referido no parágrafo anterior pode ser antecipado em qualquer momento face à previsão de esgotamento das dotações a concurso.

12. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas

As candidaturas são analisadas e selecionadas de acordo com os critérios de elegibilidade e os critérios de seleção previstos neste Aviso.

Sempre que se trate de projetos candidatados pelas Comunidades Intermunicipais da NUTS II Região Centro, a análise das candidaturas no âmbito deste Aviso de Concurso será assegurada integralmente pela AG.

O prazo de decisão, de 45 dias úteis, suspende-se quando sejam solicitados ao candidato quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez. A não apresentação pelo candidato, no prazo de **10 dias** úteis, dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados significará a desistência da candidatura.

Na fase de notificação da proposta de decisão, os candidatos poderão ainda ser ouvidos no procedimento de audiência prévia, nos termos legais (CPA), sendo concedido um prazo máximo

de 10 dias úteis para apresentar eventuais alegações em contrário, contados a partir da data da receção da referida notificação.

No caso de serem apresentadas alegações contrárias pelos promotores, o prazo de decisão de 45 dias úteis atrás referido poderá ser alargado em mais de 40 dias úteis, nos termos do art.º 20.º do RG.

No **ANEXO D** apresenta-se o diagrama ilustrativo sobre os procedimentos de análise e decisão das candidaturas.

13. Aceitação da decisão

A aceitação da decisão da concessão do cofinanciamento é feita mediante a assinatura do termo de aceitação ou contrato a qual é submetida eletronicamente e autenticada nos termos do artigo 11.º do RG.

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do RG, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação ou contrato no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável ao candidato.

14. Dotação indicativa do fundo a conceder

A dotação FEDER para a PI 10.5 contratualizada com as diferentes CIM, com respeito pelo acordado nos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial celebrados entre a AG e os respetivos OI, é de **43.500.000,00 euros**.

15. Identificação dos indicadores de resultado a alcançar

Os critérios de seleção a. “Contributo do projeto para os indicadores de realização e resultado comuns e específicos do Programa”, b. “População estudantil servida pelo estabelecimento intervencionado” e c. “Demonstração da sustentabilidade de médio prazo da procura” contribuem para o alinhamento do projeto com os resultados do PO.

Prosseguindo essa orientação para resultados, são objeto de contratualização e monitorização, para as candidaturas a apoiar no âmbito do presente Aviso, os seguintes indicadores de realização e de resultado do Programa:

O.10.05.01.C: Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas - N.º

O.10.05.01.P: Equipamentos de ensino intervencionados - N.º

O.10.05.02.P: Novas salas de aula - N.º

O.10.05.03.P: Salas de aula requalificadas - N.º

R.10.05.01.P: Alunos inscritos no estabelecimento de ensino no ano letivo seguinte ao término da intervenção - N.º

R.10.05.02.P: Variação do Número de alunos (diferença entre o número de alunos antes e após a intervenção) - N.º

O resultado das operações será objeto de contratualização com a entidade beneficiária tendo em conta a natureza da intervenção, ajustando-se a utilização dos indicadores acima propostos

16. Programas Operacionais Financiadores

O financiamento dos projetos de investimento no âmbito deste Aviso de Concurso é assegurado pela AG do Programa Operacional Regional do Centro.

17. Organismos Intermédios responsáveis pela análise

Nos termos dos artigos n.º 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro relativo ao modelo de governação dos FEEI, as entidades designadas por contrato de delegação de competências que asseguram a análise das candidaturas no âmbito deste Aviso de Concurso são as Comunidades Intermunicipais da NUTS II Região Centro.

18. Divulgação de resultados e pontos de contacto

No portal Portugal 2020 (www.portugal2020.pt) os candidatos têm acesso a:

- a) Outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora;
- b) Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso;
- c) Pontos de contato para obter informações adicionais;

d) Resultados deste concurso.

Coimbra, 29 de abril de 2021

A Presidente da Comissão Diretiva do Programa
Operacional Regional do Centro

Isabel Damasceno

**Anexo A - Custos Padrão para o apuramento do investimento
elegível a cofinanciamento das Candidaturas na área da
Educação**

ANEXO A.1

Custos Padrão na área da Educação

Investimento nas infraestruturas do ensino pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário

Natureza de Intervenção	Descrição da Intervenção	Custos Padrão		
		Pré-Escolar	Pré-Escolar e Básico	Básico e Secundário
Grupo A - Atendendo à natureza da intervenção, tipologias de espaços e níveis de ensino				
Nova Construção (*)	Construção de novos estabelecimentos	136.500 €/sala	136.500 €/sala	157.500 €/sala
Ampliação, Reabilitação e Modernização (*)	Construção de novas salas de aula	136.500 €/sala	136.500 €/sala	157.500 €/sala
	Reabilitação e modernização de salas de aula existentes	68.250 €/sala	68.250 €/sala	78.750 €/sala
Nova Construção/Ampliação, Reabilitação e Modernização de Espaços Específicos	Polivalente/refeitório/cozinha	31.500 €/espaço	31.500 €/espaço	42.000 €/espaço
	Salas de professores/pessoal auxiliar (**)	21.000 €/espaço	21.000 €/espaço	31.500 €/espaço
	Copa	21.000	21.000 €	31.500 €
	Salas de atividades (educação visual, tecnológica, musical, etc.)	_____	31.500 €/espaço	52.500 €/espaço
	Biblioteca	_____	42.000 €	52.500 €
	Laboratórios	_____	136.500 €	157.500 €
	Campo de jogos desportivos descoberto	_____	15.750 €	21.000 €
	Auditório	_____	_____	157.500 €
	Pavilhão desportivo	_____	165.917 €	191.442 €
Grupo B - Outros custos				
Arranjos exteriores dentro do perímetro do estabelecimento	estabelecimentos novos - até ao limite de 20% do montante total de construção apurado para o grupo A			
	estabelecimentos existentes - até ao limite de 10% do montante total de construção apurado para o grupo As			
Estudos, projetos, atividades preparatórias e assessorias diretamente ligados à operação	até ao limite de 5 % do montante total de construção apurado para o grupo A			
Coordenação e gestão do projeto, fiscalização, coordenação de segurança e assistência técnica	até ao limite de 5 % do montante total de construção apurado para o grupo A			
Revisões de preços ao contrato decorrentes da legislação aplicável	até ao limite de 5 % do montante total de construção apurado para o grupo A			
Despesas relativas a ações de informação e publicidade incluindo a divulgação e promoção dos resultados da mesma	até ao limite 4% do montante total de construção apurado para o grupo A, se este for <= 250.000€			
	até ao limite de 2% do montante total de construção apurado para o grupo A, se este for > 250.000€			
Outras despesas ou custos necessários à boa execução da operação, desde que se enquadrem na tipologia e limites definidos na regulamentação nacional e europeia aplicável e sejam devidamente fundamentadas e discriminadas pelo beneficiário e aprovadas pela Autoridade de Gestão (ex. medidas de eficiência energética adicionais)	até ao limite de 5% do montante total de construção apurado para o grupo A			
Revisões de preços ao contrato decorrentes da legislação aplicável	até ao limite de 5% do custo total de construção financiado			
Aquisição de terrenos	até ao limite de 10 % da despesa total elegível, desde que preenchidas as condições legais previstas			

OBS:

	Tipologias de Escolas(***)
Pré-Escolar	Jl
Pré-Escolar e Básico	Jl + EB 1, EB 1
Básico e/ou Secundário	EBI, EBS e ES

Sendo que: Jl - Jardim-de-Infância

EB 1 - Escola Básica 1.º Ciclo

Jl + EB 1 - Centros Escolares

EBI - Escola Básica Integrada (1.º, 2.º e 3.º Ciclos)

EBS - Escola Básica (2.º e 3.º Ciclos) e Secundária

ES - Escola Secundária

(*) Relativamente às intervenções de nova construção, ampliação, reabilitação e modernização no ensino "pré-escolar", admitem-se como equivalentes as designações: "sala de aula" e "sala de actividades"; onde se lê sala e/ou sala de aula deve entender-se também "sala de actividades de educação pré-escolar"

(**) Apenas serão consideradas para efeito de cofinanciamento, uma sala de professores e uma sala de pessoal auxiliar, por estabelecimento de ensino

(***) Tipologias de Escolas de acordo com DL 297/2007 de 22 agosto

ANEXO A.2

Custos Padrão na área da Educação

Aquisição e instalação de mobiliário escolar, material didático e equipamento para o ensino pré-escolar, ensino básico e ensino secundário

Natureza de Intervenção	Localização do equipamento/instalação	Custos Padrão		
		Pré-Escolar	Pré-Escolar e Básico	Básico e Secundário
Mobiliário Escolar	Sala de aula/actividades (educação pré-escolar)	3 000 €	3 000 €	_____
	Sala de aula (básico e secundário)	_____	1 300 €	1 500 €
	Polivalente	1 500 €	2 500 €	5 000 €
	Refeitório	2 000 €	3 500 €	6 000 €
	Cozinha	30 000 €	40 000 €	50 000 €
	Biblioteca	_____	10 000 €	15 000 €
	Salas de professores/pessoal auxiliar	1 000 €	2 000 €	3 000 €
	Salas de atividades (educação visual, tecnológica, musical, etc.)	_____	6 000 €	9 000 €
	Sala da Direção	_____	2 000 €	3 000 €
	Secretaria	_____	3 000 €	6 000 €
	Laboratórios	_____	4 000 €	6 000 €
	Auditório	_____	_____	10 000 €
	Pavilhão desportivo	_____	1 000 €	1 500 €
Material Didático	Sala de aula/actividades (educação pré-escolar)	3 500 €	3 500 €	_____
	Sala de aula (básico e secundário)	_____	1 500 €	2 000 €
	Biblioteca	_____	2 000 €	3 000 €
	Salas de professores/pessoal auxiliar	_____	1 000 €	1 000 €
	Salas de atividades (educação visual, tecnológica, musical, etc.)	_____	5 000 €	10 000 €
	Laboratórios	_____	9 000 €	15 000 €
	Pavilhão desportivo	_____	5 000 €	10 000 €
Equipamento Informático, eletrónico e redes de informação, de comunicação	Sala de aula/actividades (educação pré-escolar)	2 000 €	2 000 €	_____
	Sala de aula (básico e secundário)	_____	2 000 €	3 000 €
	Salas de professores/pessoal auxiliar	1 000 €	2 000 €	3 000 €
	Biblioteca	_____	2 500 €	5 000 €
	Salas de atividades (educação visual, tecnológica, musical, etc.)	_____	5 000 €	10 000 €
	Sala da Direção	_____	1 500 €	2 500 €
	Secretaria	_____	3 000 €	8 000 €
	Laboratórios	_____	1 500 €	2 500 €
	Auditório	_____	_____	3 000 €
	Pavilhão desportivo	_____	1 000 €	2 000 €

OBS: Os Custos Padrão acima apresentados são aplicáveis tanto a intervenções de natureza Construção/Ampliação, como a Reabilitação/Modernização

Anexo B - Metodologia e critérios de seleção das candidaturas

As candidaturas são avaliadas com base no seu mérito, sendo que esta avaliação é feita por aplicação da metodologia e dos critérios de seleção aprovada pelo Comité de Acompanhamento do Programa Operacional “Centro 2020”.

Para as tipologias de intervenção foram identificados os critérios de seleção a aplicar, em função da sua adequação ao que se pretende avaliar.

Os critérios de seleção serão alinhados de acordo com os seguintes princípios gerais:

Categoria	Descrição
A. Eficácia e impacto em Resultados	<p>Avalia o nível de contribuição para a concretização da métrica utilizada e objetivos delineados na programação para as prioridades de investimento em que as candidaturas se inserem, com principal foco no prosseguimento de estudos, na capacitação, na empregabilidade, na inclusão ativa, no combate à pobreza e qualquer tipo de discriminação.</p> <p>Os critérios considerados nesta categoria privilegiam a aferição do potencial de impacto em resultado e o estabelecimento de pressupostos e metas intercalares que permitam uma correta contratualização de resultados, avaliação e monitorização dos fatores críticos de sucesso da operação, tendo em atenção, designadamente, o desempenho histórico dos beneficiários.</p>
B. Eficiência, qualidade e inovação	<p>Pondera a racionalidade e sustentabilidade económica, bem como os recursos da operação e consequente adequação do esforço de financiamento ao impacto esperado em resultado (gestão inteligente dos apoios).</p> <p>Os critérios desta categoria deverão contemplar também a aferição da existência de medidas que promovam e/ou contribuam para a qualidade e inovação, no âmbito em que o projeto se insere.</p>
C. Complementaridade e sinergias	<p>Promove sinergias e complementaridade, não só pela qualidade e diversidade de parcerias ou protocolos com os agentes regionais, como pelo grau de envolvimento institucional da entidade, a nível local e ou regional, nomeadamente nos domínios, social, do emprego, da formação apoiada, integrando entidades diversas na procura de soluções inovadoras e que visem maximizar resultados e o seu potencial de disseminação e alavancagem de resultados.</p>
D. Abrangência e transversalidade	<p>Afere a ligação da candidatura com outras tipologias apoiadas.</p> <p>Os critérios desta categoria poderão apreciar também os níveis de cobertura territorial e do público-alvo da tipologia de operações.</p>
E. Igualdade de oportunidades e de género	<p>Pondera a existência de instrumentos que assegurem a igualdade de oportunidades e de género, em particular, no acesso ao ensino, à formação e ao mercado de trabalho.</p>

Os critérios de seleção das categorias A e B devem representar mais de 50% da ponderação total, reforçando assim o foco em resultados e na qualidade/inovação.

Categoria	Critérios de seleção	Valoração	
A	a. Contributo dos projetos para os indicadores de realização e resultado comuns e específicos do Programa	Muito Elevado Elevado Médio Reduzido	5 4 3 2
A	b. População estudantil servida pelo estabelecimento intervencionado	Muito Elevado Médio Reduzido	5 3 2
A	c. Demonstração da sustentabilidade de médio prazo da procura, (comprovar que a evolução demográfica não aponta para uma descida significativa da população em idade escolar nos próximos anos)	Sim Não	5 1
B	d. Evidência da sua contribuição para a eficiência energética dos equipamentos	Muito Elevado Médio Muito reduzido	5 3 1
D	e. Alinhamento com os objetivos do PNR e da Estratégia EUROPA 2020	Muito Elevado Elevado Médio Reduzido	5 4 3 2

Anexo C - Documentação Obrigatória na Instrução de Candidaturas

1. Memória descritiva e justificativa que inclua:

a)	Identificação e justificação da(s) prioridade(s) de investimento em que se enquadra.
b)	Enquadramento na(s) tipologia(s) de investimento prevista(s) no Aviso de Concurso.
c)	Descritivo detalhado da candidatura e dos seus objetivos.
d)	Identificação e justificação dos Indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o contributo da candidatura para os respetivos objetivos.
e)	Caracterização técnica e fundamentação de cada ação/componente de investimento que contenha: identificação do grau de maturidade; cálculos justificativos do apuramento do investimento elegível e não elegível proposto; calendarização da realização física e financeira; identificação dos respetivos procedimentos contratuais previstos.
f)	No caso de aquisições de equipamento, deve ser efetuada a identificação da localização/espço ocupado por bem.
g)	Sustentabilidade da candidatura após a realização do investimento: modelo de gestão dos investimentos previstos na candidatura, onde seja evidenciada a tipologia de exploração dos espaços e/ou equipamentos (concessão, arrendamento, venda, etc.), como e quem será responsável pela manutenção e conservação do espaços e/ou equipamentos, bem como, a indicação/justificação dos custos e receitas associados à operação em fase de execução e/ou após a sua conclusão.
h)	Plano de comunicação e/ou outras medidas de divulgação e publicitação dos apoios concedidos.
i)	Contributo para a fundamentação da análise de mérito, obedecendo ao respetivo referencial dos critérios de seleção publicado em anexo ao presente Aviso.
j)	Enquadramento da operação em programa ou plano territorial ou noutro documento estratégico de enquadramento ambiental ou da área do turismo de caráter setorial ou regional (aplicável às intervenções no âmbito do RESEUR).
l)	Avaliação dos riscos associados à operação, designadamente de caráter financeiro ou de execução, nomeadamente associados à existência de achados arqueológicos na área de incidência (aplicável às intervenções no âmbito do Património Cultural).
m)	Identificação da tipologia de áreas abrangidas pela intervenção nos termos definidos no n.º 6 do Ponto 5 do AAC (aplicável às intervenções no âmbito do Património Natural).

2. Anexos:

a)	Pareceres em matéria de política setorial específica decorrente do Aviso - Exemplo: ICNF, DGPC/DRCC, DGestE, DGSaúde, ANEPC ...
b)	Documentação comprovativa do grau de maturidade nos termos definidos no Aviso, para o caso de procedimentos de empreitadas de obras públicas: apresentação de todas as peças do procedimento devidamente aprovadas, incluindo a apresentação do projeto de execução completo (peças escritas e desenhadas de arquitetura e especialidades, Termos de Responsabilidade devidamente assinados nos termos da Portaria 701-H/2008, de 29/7), acompanhada da respetiva deliberação de abertura do procedimento e declaração nos termos do 3.3 do numero 5 do presente AC.
c)	No caso das empreitadas, estimativa orçamental (Lista de Quantidades e Preços Unitários) em formato excel editável, com a identificação e quantificação dos trabalhos efetuados na área total intervencionada (infraestruturas), discriminados de acordo com sua natureza: construção e arranjos exteriores, subdivididos de acordo com a sua execução dentro ou fora do perímetro do estabelecimento.
d)	Documentação comprovativa do grau de maturidade nos termos definidos no Aviso, para o caso de procedimentos de aquisição de bens e serviços: apresentação de todas as peças do procedimento devidamente aprovadas, incluindo a Lista de Quantidades e Preços Unitários, acompanhada da respetiva deliberação de abertura do procedimento e declaração nos termos do 3.3 do numero 5 do presente AC.
e)	Informação técnica detalhada devidamente aprovada, que analise a observância da operação urbanística com as normas legais e regulamentares que lhes forem aplicáveis, designadamente as constantes dos instrumentos de gestão territorial, do regime jurídico de proteção do património cultural, do regime jurídico de gestão de resíduos de construção e demolição, e as normas técnicas de construção.

f)	Extratos das Plantas de Ordenamento e de Condicionantes do PDM, com a identificação da área de intervenção, que evidenciem o enquadramento da operação urbanística efetuado no ponto anterior em razão da localização.
g)	Pareceres/licenças/autorizações/isenções emitidos pelas entidades externas competentes, sobre o projeto técnico (Ex.: ANEPC, ...) e/ou em razão da localização (Ex: CCDR, APA/ARH, ERRAN, ICNF, ...) da intervenção (conforme aplicável), ou, no caso destes ainda não existirem, comprovativo de consulta (apenas para investimentos de iniciativa municipal, sujeito à apresentação do correspondente parecer até à aprovação definitiva da concessão do apoio).
h)	Planta com a delimitação da(s) parcela(s) matriciais e respetiva identificação das áreas totais objeto da intervenção infraestrutural.
i)	Comprovativo da propriedade (Certidão do Registo Predial e Caderneta Predial) e, caso aplicável, da legitimidade de intervenção nos imóveis (terrenos, edifícios, frações) necessários à concretização do projeto infraestrutural, quando não resulte da referida CRP o beneficiário como proprietário.
j)	Documento de formalização da parceria / protocolo (quando aplicável).
l)	Estatutos da entidade promotora aprovados e publicitados (quando aplicável).
m)	Capacidade para a realização do investimento: comprovativo da inscrição da operação e respetivo investimento total proposto em Plano e Orçamento aprovado, e devidamente assinado pelo órgão competente, ou, apenas no caso de investimentos de iniciativa municipal, declaração que assinala o compromisso de inscrição da referida verba em orçamento, condicionada à substituição pelo correspondente comprovativo em fase de execução.
n)	Preenchimento do módulo de contratos com toda a documentação referente a cada um dos procedimentos de contratação pública com contrato já celebrado, incluindo respetiva checklist (disponível em anexo ao Aviso), todas as informações, deliberações, despachos, fluxos, peças do procedimento, proposta vencedora, contrato e visto do Tribunal de Contas caso aplicável.
o)	No caso de despesas inerentes à aquisição de imóveis que se revelem imprescindíveis, deverá apresentar-se toda a documentação comprovativa de:
o.1)	Relação direta entre a compra dos imóveis e os objetivos da operação;
o.2)	Declaração de um avaliador independente e acreditado ou de um organismo oficial devidamente autorizado para o efeito, que certifique que o custo não excede o valor do mercado, que o bem está em conformidade com a legislação nacional ou que especifique os pontos que, não estando conformes, devem ser retificados pelo beneficiário final no âmbito da operação;
o.3)	Nos sete anos precedentes, o custo do terreno não ter sido objeto de ajuda de subvenções nacionais ou comunitárias.
p)	Síntese declarativa e justificativa de que a intervenção proposta (em todas as suas componentes, designadamente: intervenções físicas, equipamentos adquiridos ou requalificados, meios digitais, meios multimédia, materiais e conteúdos, entre outros), cumpre todos os diplomas, e normas técnicas de acessibilidades, detalhando igualmente as soluções que, embora não estando definidas no enquadramento jurídico obrigatório atualmente em vigor, configurem melhorias significativas em termos de acessibilidades físicas, comunicacionais e de informação.

3. Ficheiros disponibilizados juntamente com o AAC:

a)	Ficheiro anexo " Modelo_Orçamento_Global_Op.xlsx " - a submeter preenchido em formato editável.
b)	Ficheiro anexo de Custos Padrão - a submeter (aplicável a investimentos da Educação e Saúde) preenchido em formato editável.
c)	Ficheiro anexo " Regras Ambientais_CENTRO.docx " - a submeter preenchido e assinado pelo(s) representante(s) legais(s) da(s) entidade(s) promotora(s) em formato pdf.
d)	Ficheiro anexo " Igualdade de Oportunidades e da não discriminação_CENTRO.docx " - a submeter preenchido e assinado pelo(s) representante(s) legais(s) da(s) entidade(s) promotora(s) em formato pdf.
e)	Ficheiro anexo " Declaracao Compromisso_TOC_ROC_ResponsavelFinanceiro.docx " - a submeter preenchido e assinado em formato pdf.
f)	Ficheiro anexo " Declaracao de compromisso do Beneficiário.docx " - a submeter assinada pelo(s) representante(s) legais(s) da(s) entidade(s) promotora(s) em formato pdf.

-
- Ficheiro de **Défi ce de Financiamento** (no caso dos projetos geradores de receitas durante a execução e/ou após a sua conclusão, enquadráveis nos termos do artigo 19.º do RG, na sua atual redação) ou Ficheiro de
- g) **Estudo Financeiro de Viabilidade Simplificado** (no caso de investimentos na área da Saúde e Educação), a submeter preenchido em formato editável acompanhado de Memória Descritiva e Justificativa assinada em formato pdf.
-

Anexo D - Diagrama dos procedimentos de análise e decisão das candidaturas

